

Que comecem os jogos!

CDB aprova posição contra o ranqueamento proposto pela reitoria para a Carreira!

Ontem, dia 15 de outubro, o Conselho Universitário aprovou o orçamento destinado à carreira dos funcionários da USP. Serão quase 190 milhões destinados à carreira, o que vai implicar em um aumento no comprometimento da arrecadação do ICMS com folha de pagamento de cerca de 2,5%. A medida, de acordo com a reitoria, pode atingir de 50% a 85% da nossa categoria.

Essa é a notícia! Mas as implicações dela nos exigem debruçar para além!

Nossa categoria carrega uma defasagem em relação ao seu poder de compra datada de 2012. Desde então nosso poder de compra foi se deteriorando e hoje, passados 12 anos, não conseguimos recuperar nossas condições de vida e, diga-se de passagem, com uma enorme piora das condições de trabalho e dos níveis de adoecimento físico e mental dos trabalhadores. O prejuízo acumulado por nós nesses anos estimamos ser em torno de 20 salários. Pra quem está endividado, sobrecarregado pelos consignados, está aí um dos motivos!

Nesses últimos anos, a terceirização avançou, as contratações ficaram congeladas. As contratações que hoje ocorrem são a conta-gotas nas unidades e estão muito longe de suprir as necessidades reais. Além disso, o projeto privatista de Universidade aprofundou mais ainda suas raízes e seus efeitos. Os trabalhadores terceirizados e os estagiários (que hoje são parte significativa do trabalho de muitas unidades e são, na prática, trabalhadores precarizados), além de receberem os menores salários, estão muito longe de serem alcançados por qualquer política de suposta “valorização do trabalho ou desempenho”, não por mérito e sim pela divisão imposta pela reitoria nas nossas fileiras. Essa precarização dos postos de trabalho e a condição que enfrentam os companheiros terceirizados e precarizados devem nos lembrar qual é o destino que os reitores, governos e patrões querem nos deixar de legado.

Nesse sentido, a partir de um documento que circulou mas unidades com slides da apresentação que foi feita pelo DRH aos gestores, o Conselho Diretor de Base reunido na última sexta-feira, reforçou o que

acumulamos de discussão a respeito da carreira nos últimos anos.

Primeiramente, que carreira é essa que não se discute com os funcionários, categoria interessada na questão?

A avaliação, tirada sabe-se da cabeça de quem, tem inúmeros problemas. Vícios desde a forma como foi encaminhada, às pressas e sem debates ou possibilidades de recurso, até a problemas de conteúdo que resultaram na documentação dos assédios sofridos pelos funcionários avaliados. Em muitas avaliações há afirmações, “pérolas”, como:

“O funcionário é competente, mas tem problemas de saúde”;

“Não assume responsabilidade por que faltou por causa da saúde”

“Não deveria ser representante [participar dos órgãos colegiados e dos organismos sindicais] para não atrapalhar seu desempenho”

Oras, em primeiro lugar o adoecimento é um demérito para a avaliação? Mas e se o adoecimento for fruto das condições de trabalho, como é o caso de **burnout**? O trabalhador, assim, é punido duas vezes: a doença que lhe foi causada e a perseguição por ter adoecido.

Depois, é absurdo e configura perseguição antissindical desqualificar as competências do trabalhador por ele ocupar os espaços de representação e por sua atuação sindical na defesa dos interesses dos trabalhadores e da universidade pública.

Esses aspectos já demonstram os problemas dessa avaliação levada a cabo pela reitoria. Mas para piorar, ela é indicada para ser a base para o ranqueamento para a carreira. Mas, imagina você ser mal colocado em um ranqueamento por causa de uma chefia assediadora que te avaliou injustamente. Pior, para essa avaliação não há sequer o direito de recurso.

Depois, não bastasse a avaliação, para concorrer a uma carreira em que as regras são postas depois que a competição está valendo. Você concorre a uma progressão sem saber o que precisaria ter feito para estar

apto a receber a progressão. É como se você estivesse em uma competição onde só depois de dada a largada você saberá se é uma corrida a pé, natação, bicicleta, etc. O mérito também não é avaliado, já que, se as regras fossem claras, todo mundo que estivesse apto de acordo com os critérios pré-determinados (e não pós-determinados) receberia a devida remuneração automaticamente.

Nesse sentido, o CDB deliberou as diretrizes políticas gerais sobre a progressão na carreira para impor às unidades:

Hierarquizar aqueles que:

1. Estão no nível 01 das respectivas carreiras (B1, T1, S1);
2. Estão há mais tempo sem progressão;
3. Recebem os menores salários.

Essas diretrizes políticas foram aprovadas a fim de orientar o debate nas unidades para buscar, no marco dos enormes problemas e da injustiça geral da reitoria e dos mais de 10 anos em que a carreira não ocorreu, corrigir algumas (poucas) das enormes desigualdades que existem na universidade.

Prêmio de Desempenho Acadêmico Institucional e Vale-peru! Dinheiro tem! Queremos nosso reajuste, já

O Conselho Universitário também aprovou a concessão de um prêmio de 9 mil reais a ser pago em 3 parcelas e 2 mil reais no Vale Alimentação de novembro. O reitor fez piada com os memes que circularam o ano passado, dizendo que quem postar memes esse ano será excluído da portaria que institui o “vale-peru”. Cabe lembrar ao reitor que as expressões da categoria através do humor e ironia são as formas de expressar sua revolta diante do arrocho salarial e precarização do trabalho. Quem se diz do diálogo precisa ouvir e não só falar (e falar bobagem).

O valor para o Prêmio de desempenho acadêmico dessa vez não tratou de ser diferente para cada uma das categorias e nem excluiu aqueles que estão há mais tempo na universidade. Mas, não faltou elitismo.

A exclusão das trabalhadoras e dos trabalhadores terceirizados é o exemplo mais gritante das

desigualdades. Esses trabalhadores são parte indissociável do que faz a USP hoje figurar nos principais rankings internacionais de desenvolvimento da pesquisa e educação. Mas, ao terceirizar, a USP busca separar, segregar essas trabalhadoras dos efetivos da USP e da própria comunidade universitária.

O prêmio é a demonstração de que dinheiro há para o reajuste salarial e pelo valor fixo de 1.200,00 reais reivindicado pelo Fórum das Seis e pela nossa categoria. O que falta é vontade política da reitoria!

O Prêmio vai aliviar o bolso do trabalhador sufocado pelo arrocho, por isso nossos representantes no CO votaram a favor do prêmio, mas não perdemos de vista nossa demanda por salário, pelo reajuste das perdas acumuladas desde 2012 e nossa demanda pelo valor fixo de 1.200 reais.

Ato em solidariedade ao Povo Palestino

Dia 20 de outubro, domingo, às 11h na Praça Oswaldo Cruz

Basta de genocídio ao povo palestino! Pelo fim dos bombardeios no Líbano!

Pela ruptura de todas as relações do Brasil com Israel, já!

Pela ruptura das relações da USP com universidades israelenses!



REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-070 – Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789 - email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br